



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC) ELETRÔNICO nº 003/2022

INTERESSADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0009.070110/2022-72

OBJETO: Contratação de empresas de engenharia para as elaborações do Projeto Básico, do Projeto Executivo e a Execução das obras de implantação em vias urbanas de diversos municípios do estado de Rondônia, visando atender o Programa “TCHAU POEIRA”. LOTE LOTE 7, município de Porto Velho.

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois às 10h, na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sito a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO, FONE (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 59 de 06 de junho de 2022**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A. DA RECORRENTE**: A empresa recorrente **LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A** contradita a decisão proferida pela CPLO em ata que declarou HABILITADA a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**. Alega que a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**, embora tenha sido classificada com o menor lance em sessão pública realizada em 25.05.2022, e consequentemente convocada a apresentar seus documentos de habilitação, analisados e julgados como satisfatórios diante das exigências editalícias, entende que a Comissão de Licitação incorreu em erro ao habilitá-la. Que a empresa recorrida apresentou sua documentação juntamente com os documentos de habilitação da empresa **ENGENHO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, integrante do consórcio formado com a empresa recorrida, que é permitido no edital. Aponta que é necessário a reforma da decisão anteriormente proferida em ata por duas razões: primeiramente, segundo a empresa recorrente, a empresa consorciada **ENGENHO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** teria infringido a redação do item 15.5, alínea “b” do edital referente a qualificação econômico

financeira, pois cada empresa participante do consórcio deverá apresentar individualmente seus índices econômicos financeiros, apresentando balanço patrimonial referente ao último exercício financeiro, ou balanço de abertura, caso a empresa tenha sido constituída em menos de um ano. Segundo a empresa recorrente, a empresa **ENGENHO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** apresentou balanço patrimonial contemplando o período de 01.01.2020 a 31.12.2020, quando sua constituição enquanto empresa não é recente. Portanto, alega que não fora comprovado sua qualificação econômico financeira referente ao último exercício através dos documentos contábeis apresentados. Que aquele que não dispuser de recursos para tanto não será titular do direito de licitar, pois a carência de recursos faz presumir a inviabilidade de execução satisfatória do contrato e a impossibilidade de arcar com as consequências de eventual inadimplemento. Outro fator que a recorrente ressalta é que a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** descumpriu um dos requisitos exigidos no edital para a qualificação técnica previsto no item 15.6.2. pois na documentação apresentada verifica-se apenas o registro e quitação do responsável técnico Sr. Glauco Omar Cella no CREA, e a ausência da comprovação do registro e quitação no CREA do Sr. Evangelista Araújo Machado. Sendo assim, segundo a empresa recorrente **LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A**, as duas empresas reunidas em consórcio **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** e **ENGENHO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA** devem ser inabilitadas por descumprimento das normas previstas no edital que rege o presente certame. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação concedeu o prazo para Contrarrazões sendo que a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** apresentou tempestivamente suas contrarrazões. Afirma que a empresa recorrente irressignada com a sua inabilitação e habilitação do Consórcio MADECON-ENGENHO em primeiro lugar, apresenta recurso com razões infundadas, alegando descumprimento com a exigência contida no item 15.5 do edital que faz menção a qualificação econômico financeira. Que segundo a recorrente, de acordo com as disposições do Edital, a Recorrida ENGENHO deveria apresentar o balanço patrimonial referente ao ano de 2021, mas foi apresentado o período contemplado de 01.01.2020 a 31.12.2020. Afirma não há que se falar em descumprimento do edital pela Recorrida ENGENHO, porquanto é de conhecimento notório que a Instrução Normativa nº 2.082/2022 prorrogou os prazos de transmissão da Escrituração Contábil Digital e da Escrituração Contábil Fiscal referentes ao ano-calendário de 2021. Segundo a Medida Provisória nº 931/2020, determinando a ampliação do prazo para que as empresas façam suas assembleias ordinárias e reuniões anuais e em virtude de tal disposição, o prazo de deliberação sobre o balanço patrimonial não é mais o quarto mês (abril) e sim o sétimo mês (julho). Que o Balanço Patrimonial está contemplado na ECD, consequentemente se houve prorrogação no envio da ECD, também foi prorrogado automaticamente o Balanço Patrimonial, estendendo sua validade. O fato é que a Recorrida ENGENHO apresentou sim o Balanço Patrimonial válido, sendo o Balanço do ano de 2020, considerando a determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, cumprindo sem dúvidas o edital e a legislação vigente. Com relação ao suposto descumprimento da qualificação técnica, alega que documentação apresentada pelo Consórcio MADECON-

ENGENHO foi apresentado como Responsável Técnico apenas o GLAUCO OMAR CELLA e não o Evangelista Machado. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no artigo 45 § 6º da Lei nº 12.462/2011 decidiu manter a decisão anteriormente proferida em ata, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 3º da Lei nº 12.462/2011. Primeiramente reportamo-nos a alegação da empresa recorrente de que a empresa consorciada ENGENHO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA deve ser inabilitada por descumprimento do item 15.5 do edital referente a qualificação econômico financeira. Ao afirmar que o balanço patrimonial apresentado não atende aos requisitos editalícios, essa Comissão de Licitação compulsou os autos, certificando-se que habilitou o Consórcio MADECON-ENGENHO acertadamente. O balanço autenticado e registrado exigido pelas comissões de licitações, regra geral, é a cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações transcritas no Livro Diário, contendo a autenticação da Junta Comercial no termo de abertura e encerramento. Assim sendo, entendemos que para atender as exigências nas licitações com o Livro Diário Eletrônico, o empresário, deverá apresentar o comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil, juntamente com o termo de autenticação eletrônica realizada pela Junta Comercial. Desta forma, não há possibilidade de registrar a ECD antes de enviar ao SPED, pois o registro da Junta Comercial depende primeiro do envio da escrituração digital para o SPED contábil via ReceitaNet. “Autenticação do Livro Contábil Digital na Jucesp, o Sped envia um resumo das informações contidas na Escrituração Contábil Digital (ECD) para a Junta Comercial, tais como requerimento, termo de abertura e termo de encerramento. Após realizado o pagamento do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare), o arquivo fica disponível para ser analisado pela Jucesp”. A MP 931 criada em 30 de março de 2020 pela Presidência da República e da mais recente Instrução Normativa nº 1.950, de 12 de maio de 2020 da Receita Federal publicada (13/05/2020), mudou-se o prazo e estabeleceu-se a harmonia entre os entendimentos conflitantes. A alteração em questão estendeu o prazo para deliberação dos sócios sobre o balanço, prorrogando para sete meses subsequentes ao término do exercício social. Portanto, o prazo para deliberação sobre o balanço patrimonial não será mais o quarto mês (abril) e sim o sétimo mês (Julho). Desta forma, para aqueles que defendem o prazo limite como sendo prazo para deliberação do balanço previsto pelo Cód. Civil passou a ser o mês de julho. A Receita Federal, por sua vez, que estabelecia o último dia útil de maio como prazo limite para o envio do Balanço Patrimonial através do SPED, prorrogou através da Instrução Normativa nº 2.082/2022 os prazos de transmissão da Escrituração Contábil Digital e da Escrituração Contábil Fiscal referentes ao ano-calendário de 2021, senão vejamos:

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.082, DE 18 DE MAIO DE 2022 Prorroga os prazos de transmissão da Escrituração Contábil Digital e da Escrituração Contábil Fiscal referentes ao ano-calendário de 2021.

Art. 1º Esta Instrução Normativa prorroga, em caráter excepcional, o prazo final para transmissão da:

I - Escrituração Contábil Digital (ECD), previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano calendário de 2021, para o último dia útil do

mês de junho de 2022; e

II - Escrituração Contábil Fiscal (ECF), previsto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.004, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, para o último dia útil do mês de agosto de 2022

Com relação ao pedido de inabilitação da empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** sob o argumento de descumprimento dos requisitos para a qualificação técnica, pelo fato de não haver a Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física do engenheiro Evangelista Machado, essa Comissão de Licitação compulsou os autos e constatou que o responsável técnico indicado pela empresa recorrida é o Sr. Glauco Omar Cella, comprovando o cumprimento de todas as exigências contidas no edital. Essa Comissão ressalta que o edital que rege a presente licitação em seu PREÂMBULO estabelece que o mesmo será regulamento pela Lei nº. 12.462, de 05 de agosto de 2011, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 18.251 de 26 de setembro de 2013, Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações e Lei Estadual nº. 2414 de 18 de fevereiro de 2011, bem como, no que for aplicável, pela demais legislação correlata. Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual: *"A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) ("in" "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268).* A Comissão de Licitação decide não dar provimento ao recurso apresentado pela empresa **LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.**, as duas empresas reunidas em consórcio **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA** e **ENGENHO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente Substituta e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos **dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois às 12h.**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

NADIANE DA COSTA LAIA

Presidente Substituta

ALINE CRUZ DE OLIVEIRA

Membro Substituto

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Presidente**, em 10/06/2022, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 10/06/2022, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cruz de Oliveira, Membro**, em 10/06/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0029565634** e o código CRC **43A85498**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0009.070110/2022-72

SEI nº 0029565634